



CEJA >>

CENTRO DE EDUCAÇÃO
de JOVENS e ADULTOS

CIÊNCIAS HUMANAS

e suas TECNOLOGIAS >>

Sociologia

Fascículo 4
Unidades 7 e 8

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador
Wilson Witzel

Vice-Governador
Claudio Castro

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretário de Estado
Leonardo Rodrigues

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Secretário de Estado
Pedro Fernandes

FUNDAÇÃO CECIERJ

Presidente
Gilson Rodrigues

PRODUÇÃO DO MATERIAL CEJA (CECIERJ)

Diretoria Adjunta de Material Didático
Cristine Costa Barreto

Elaboração de Sociologia
José Vieira de Sousa

Atividade Extra de Sociologia
Edson Nóbrega

Desenvolvimento Instrucional
Elaine Perdigão
Heitor Soares de Farias
Rômulo Batista
Marcelo Franco Lustosa

Revisão de Língua Portuguesa
Paulo Cesar Alves

Coordenação de
Desenvolvimento Instrucional
Flávia Busnardo
Paulo Vasques de Miranda

Coordenação de Produção
Fábio Rapello Alencar

Projeto Gráfico e Capa
Andreia Villar

Imagem da Capa e da Abertura
das Unidades
Andreia Villar

Diagramação
Alessandra Nogueira
Bianca Lima
Juliana Fernandes
Juliana Vieira
Patrícia Seabra
Ronaldo d' Aguiar Silva

Ilustração
Clara Gomes
Fernando Romeiro
Jefferson Caçador
Sami Souza

Produção Gráfica
Verônica Paranhos

Sumário

Unidade 7 Poder, política e Estado	5
--------------------------------------	---

Unidade 8 Poder, política e Estado brasileiro	31
---	----

Prezado(a) aluno(a),

Seja bem-vindo(a) a uma nova etapa da sua formação. Estamos aqui para auxiliar você numa jornada rumo ao aprendizado e ao conhecimento.

Você está recebendo o material didático impresso para acompanhamento de seus estudos, contendo as informações necessárias para seu aprendizado e avaliação, exercício de desenvolvimento e fixação dos conteúdos.

Além dele, disponibilizamos também, na sala de disciplina do CEJA Virtual, outros materiais que podem auxiliar na sua aprendizagem.

O CEJA Virtual é o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) do CEJA. É um espaço disponibilizado em um *site* da internet onde é possível encontrar diversos tipos de materiais como vídeos, animações, textos, listas de exercício, exercícios interativos, simuladores etc. Além disso, também existem algumas ferramentas de comunicação como *chats* e *fóruns*.

Você também pode postar as suas dúvidas nos fóruns de dúvida. Lembre-se de que o fórum não é uma ferramenta síncrona, ou seja, seu professor pode não estar *on-line* no momento em que você postar seu questionamento, mas assim que possível irá retornar com uma resposta para você.

Para acessar o CEJA Virtual da sua unidade, basta digitar no seu navegador de internet o seguinte endereço: <http://cejarj.cecierj.edu.br/ava>.

Utilize o seu número de matrícula da carteirinha do sistema de controle acadêmico para entrar no ambiente. Basta digitá-lo nos campos "Identificação de usuário" e "Senha".

Feito isso, clique no botão "Acessar". Então, escolha a sala da disciplina que você está estudando. Atenção! Para algumas disciplinas, você precisará verificar o número do fascículo que tem em mãos e acessar a sala correspondente a ele.

Bons estudos!



Poder, política e Estado

Fascículo 4
Unidade 7

Poder, política e Estado

Para início de conversa...



Figura 1: O jogo do poder.

Já parou para pensar em quantos momentos do dia você precisa colocar em prática sua habilidade de exercer poder sobre outras pessoas? Em que momentos da sua vida você exerce poder ou se submete ao poder de alguém? Ter poder é ter o direito de decidir, deliberar, agir, fazendo prevalecer sua vontade sobre a de outros e, dependendo do contexto, exercer autoridade, soberania, domínio com o uso da força.

Em nossa relação cotidiana, percebemos várias relações de poder: dos pais sobre os filhos, dos professores sobre os alunos, do homem sobre a mulher, da polícia sobre o cidadão comum, do patrão sobre o empregado.

Como, na história da humanidade, as relações de poder foram se construindo? A princípio se deram pela força. Os homens, fisicamente mais fortes, impuseram suas vontades. Com o passar dos tempos, as relações de poder foram ganhando novos contornos e percebemos que um indivíduo, ou grupos de indivíduos, podem exercer influência usando ou não a força; podem apenas fazer uso da persuasão.

Objetivos de aprendizagem

- Compreender os conceitos de poder, política e Estado moderno.
- Compreender as diferentes formas de exercício do poder e da dominação, identificando os tipos ideais de dominação legítima.
- Analisar o discurso dominante do Estado neoliberal e o papel da indústria cultural.

Seção 1

Conceituando poder

Em seu significado mais geral, a palavra “poder” designa a capacidade ou a possibilidade de agir com o intuito de atingir objetivos ou ampliar alguma vantagem ou benefício de um indivíduo ou grupo. O poder permeia todas as relações humanas na vida em sociedade. Muitos conflitos em sociedade giram em torno de lutas pelo poder, pois, quanto mais poder um indivíduo ou grupo obtém, maiores as possibilidades de atingir seus objetivos e realizar seus desejos à custa dos desejos de outros.

Hoje, em nossa sociedade, o Estado é a instância, por excelência, do exercício do poder político, concentrando diversos poderes: as Forças Armadas e o monopólio do uso da violência; a estrutura jurídica; a cobrança de impostos; a administração burocrática do patrimônio público. A centralização e institucionalização desses poderes caracteriza o Estado moderno.

O que é política?

A palavra “política” vem da palavra grega *polis*, que quer dizer cidade. Significava, para os gregos, a arte de governar a cidade. Pode ser definida como a luta pelo poder, ou seja, o jogo de forças para a conquista do poder ou para sua manutenção. Em 1265 a palavra “política” já era definida no idioma francês – *politique* – como “ciência do governo dos Estados”.

Seção 2

Conceituando Estado



Figura 2: A polícia representa a autoridade do Estado.

O Estado é uma ordem legal, uma associação que proporciona liderança política. A função básica do Estado é manter a ordem social e promover o bem-estar geral. O Estado é a única instituição social que possui o direito do uso legítimo da força física. Só o Estado pode usar de coerção, através de instituições como o Exército e a Polícia, para que a ordem social seja mantida. Para que uma região geográfica seja considerada Estado, é necessário que haja quatro elementos básicos: povo, território, governo e soberania.

Elementos constitutivos do Estado

Povo	Território	Governo	Soberania
Povo é o conjunto de indivíduos ligados a um Estado pelo vínculo político-jurídico da nacionalidade. Estão sob o mesmo conjunto de regras, leis e valores culturais.	Base geográfica do Estado, sobre a qual ele exerce a sua soberania, e que abrange o solo, rios, lagos, mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías e portos.	O conjunto das funções necessárias à manutenção da ordem jurídica e da administração pública.	Propriedade que tem um Estado de ser uma ordem suprema que não deve a sua validade a nenhuma outra ordem superior.

Seção 3

As noções de Estado e poder na Sociologia

Max Weber



Figura 3: Max Weber.

Intelectual alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia, Max Weber (1864-1920) acredita que, para que um Estado exista, é necessário que um conjunto de pessoas obedeça à autoridade alegada pelos detentores do poder no referido Estado. Por outro lado, para que os dominados obedeçam ao Estado, é necessário que os detentores do poder possuam uma autoridade reconhecida como legítima.

Para Weber, o Estado é responsável pela organização e pelo controle social, porque detém o monopólio do uso da violência legítima, ou seja, só o Estado pode se utilizar da força para manter a ordem social.

A dominação é presença marcante em uma sociedade. Nesse sentido, que características uma liderança precisa ter para que a maioria lhe obedeça, ou ao menos, considere-a legítima? Para o autor, a dominação, ou seja, a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato pode fundar-se em diversos motivos de submissão, pode depender de interesses, conveniências, costume, afeto. Max Weber construiu três tipos ideais de dominação legítima. Veja a seguir:

1º – Dominação legal: esse tipo de dominação tem relação com leis ou estatutos, obedece-se não à pessoa, mas à regra instituída.

2º – Dominação tradicional: em virtude da crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais. Obedece-se à pessoa em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição: por fidelidade.

3º – Dominação carismática: em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes carismáticos, faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória. O tipo que manda é o líder. Obedece-se exclusivamente à pessoa do líder por suas qualidades excepcionais e não em virtude de sua posição estatuída ou de sua dignidade tradicional.

Michel Foucault: vigiar e punir

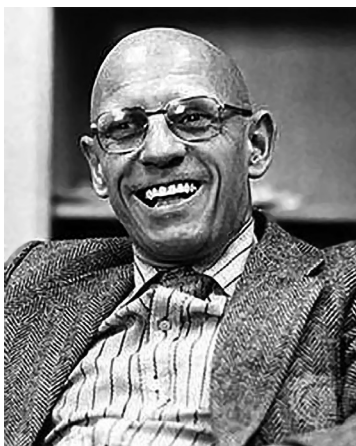
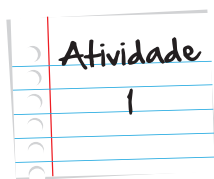


Figura 4: Sociólogo francês Michel Foucault.

Michel Foucault (1926-1984) deu continuidade a algumas linhas de pensamento de autores clássicos da Sociologia, como Karl Marx e Max Weber. Foucault analisou o surgimento de instituições modernas – como prisões, hospitais e escolas – que desempenham um papel cada vez maior no controle e monitoramento das pessoas.

O autor chama a atenção para a relação entre poder, ideologia e discurso. Para Foucault, o papel do discurso é fundamental para a forma como ele pensava o poder e o controle na sociedade. Foucault acredita que o poder age através dos discursos especializados, elaborados e disseminados por indivíduos que detêm o poder ou a autoridade, no propósito de moldar atitudes nos indivíduos. Salienta que esses discursos, em muitos casos, apenas podem ser contestados por discursos elaborados por especialistas concorrentes. Portanto, os discursos podem ser empregados como um poderoso instrumento para coibir formas alternativas de pensar ou falar. O conhecimento passa a ser uma força poderosa de controle. Interessa ao autor analisar de que modo o poder e o conhecimento estão ligados às tecnologias de vigilância, de cumprimento de leis e de disciplina. Para ele, quem detém o poder se incumbe do ato de vigiar e punir.



Com suas peculiaridades, as questões a seguir contêm exemplos de dominação legítima conceituados por Max Weber. Descreva os tipos de dominação correspondentes a cada questão, bem como suas características, segundo Weber.



Figura 5: Protesto pacífico liderado por Mahatma Gandhi.

- a. Mahatma Gandhi (1869-1948) foi o idealizador e fundador do moderno Estado indiano. Seu poder de liderança levou a população indiana a reagir ao domínio do colonizador (a Índia foi colônia da Inglaterra até o ano de 1947). Gandhi baseou-se na desobediência civil e no princípio da não violência como forma de protestar. Sua forma de ação política inspirou gerações de ativistas democráticos e antirracistas, inspirou, por exemplo, Martin Luther King, nos Estados Unidos, e Nelson Mandela, na África do Sul.

A partir do entendimento de Weber a respeito dos três tipos puros de dominação legítima, que tipo de dominação seria a exercida por Gandhi sobre seu povo? Justifique sua resposta.

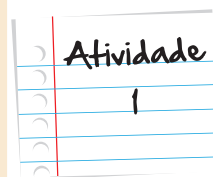


Figura 6: Direitos do homem e da mulher – Pintura mural em Saint-Josse-ten-Noode (Bélgica). O texto da pintura resume os artigos 18 e 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- b. “Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos” (Declaração Universal dos Direitos Humanos).

Essa frase está contida na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A que tipo de dominação legítima está relacionado esse estatuto? Justifique sua resposta.

Anote suas
respostas em
seu caderno

Seção 4

Tipos de Estados modernos

Estado absolutista

Para discutirmos mais a fundo o conceito de política e poder, é importante revermos como se deu historicamente o surgimento do Estado moderno.

A primeira forma de Estado moderno foi o Estado absolutista, que surgiu no contexto da expansão marítima europeia em fins do século XIV. A aliança entre a burguesia e os reis resultou na derrocada das milícias que defendiam o poder dos senhores feudais. Portanto, o Estado moderno foi formado a partir da acumulação de capitais privados pela burguesia, que fortaleceu o poder do rei através de maior arrecadação de impostos.



Saiba Mais

Principais características do Estado moderno

Os Estados modernos se caracterizam por: centralização e burocratização administrativa, eliminando os poderes locais; formação de um exército; arrecadação de impostos reais; unificação do sistema de pesos e medidas; imposição da justiça real que se sobrepõe à justiça dos senhores feudais.



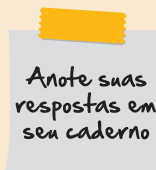
Atividade

2

A respeito do Estado moderno, o pensador político inglês John Locke (1632-1704) escreveu a seguinte frase:

“Considero poder político o direito de fazer leis para regular e preservar a propriedade.”

Vimos até aqui que a formação do Estado moderno se deu através do fortalecimento da aliança entre monarquia e burguesia. Analisando a frase de John Locke, percebemos que o pensador defendia a tese de que o Estado surgiu com a função de garantir o direito à propriedade privada. Reflita sobre a frase de Locke e explique a relação do Estado moderno com a acumulação de capital. Mencione em seu texto que classe tem interesse em que o Estado defenda o direito à propriedade privada.



Anote suas respostas em seu caderno

Estado liberal: a separação entre o público e o privado

No século XVIII, emerge outro modelo de Estado moderno: o Estado liberal. No Estado liberal, os valores estavam ligados ao individualismo, à liberdade e à propriedade privada. O Estado liberal surge como reação da burguesia à extrema centralização do poder nas mãos do monarca. Em vez de súditos, os países passaram a ser integrados por cidadãos.

É a partir do Estado liberal que surge a separação entre público e privado. Antes, tudo pertencia ao rei, agora o que é público passa a ser de todos e o que é privado é de cada um. Era papel do Estado apenas manter a segurança e a ordem para que os indivíduos pudessem exercer suas atividades livremente e, é claro, defender os bens daqueles que possuem propriedades privadas.

Democracia moderna e a separação entre público e privado

Temos como essência da **democracia** moderna a separação entre o público e o privado. A definição de democracia pode nos ajudar a entender como se iniciou a separação entre a esfera pública e a esfera privada. Esse regime político caracteriza-se, em essência, pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle da autoridade.

Ao contrário do Estado absolutista, no qual o reinado era transmitido para os herdeiros do monarca, no Estado liberal o governante passa a ser escolhido em um sistema eleitoral, em que a maioria elege seu líder político, que deve governar respeitando o direito de todos. Portanto, se aquele que governa toma para si o que é de todos, o que é da coletividade, está confundindo o que é público com o que é privado, não realizando a tarefa maior para a qual foi eleito.

Nesse sentido, para que não haja desrespeito da separação entre essas duas esferas – pública e privada –, os governantes não podem se apossar de bens que são de uso de todos.



Democracia

A palavra “democracia” tem sua origem na Grécia Antiga (*demo* = povo; e *kracia* = governo).

Estado de bem-estar social

Após as duas Grandes Guerras Mundiais no século XX, os países ocidentais capitalistas tentam reconstruir suas economias em novas bases. Depois da crise da Bolsa de Valores de Nova York, nos Estados Unidos, em 1929, o governo norte-americano procurou estratégias para sair da grande depressão econômica.

A teoria do Estado de bem-estar social (em inglês: *Welfare State*) foi apresentada por John Maynard Keynes (1883-1946) como forma de sair da crise.

Nesse modelo político e econômico, o Estado é o principal agente (protetor e defensor) da promoção social e organizador da economia. O Estado assume a responsabilidade por regular a economia, financiar obras públicas, redistribuir renda, prover moradia, educação, saúde, seguro-desemprego etc., visando ao bem-estar da população. As políticas de pleno emprego foram os principais mecanismos de intervenção do Estado de bem-estar social, implicando considerável expansão da estrutura de administração pública e elevação do gasto público. A fixação de taxas de juros bastante reduzidas foi uma das estratégias utilizadas pelo Estado de bem-estar social para incentivar a produção industrial a absorver a força de trabalho no contexto de crise.

E, após a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), vários países da Europa já haviam adotado esse modelo político e econômico buscando reconstruir suas nações e garantir melhores condições de vida para a população.



A teoria do Estado de bem-estar social também ficou conhecida como keynesianismo, uma alusão ao seu mentor John Maynard Keynes.

Estado neoliberal

A partir da década de 1970, com a crise do petróleo, o capitalismo passa por dificuldades e precisa de alternativas para se reestruturar. Aumentava o desemprego nos Estados Unidos e se intensificavam os movimentos operários em vários países da Europa. Nesse momento, os teóricos da economia passam a apontar a política de bem-estar social como a causadora do déficit orçamentário e da inflação nesses países, e passam a defender políticas neoliberais. O Estado neoliberal se caracteriza pela privatização dos serviços públicos, alegando que o bem-estar dos cidadãos deveria ficar por conta de cada um. Essa política de Estado mínimo passa a ficar conhecida como neoliberalismo (*neo* exprime a ideia de novo), uma referência ao clássico modelo de Estado liberal. Portanto, é uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista de bem-estar.

As políticas neoliberais começaram a ganhar força na Europa em 1979, com a eleição da primeira-ministra britânica Margareth Thatcher, e, em 1980, nos Estados Unidos, com a eleição do Presidente Ronald Reagan.

Saiba Mais

Seção 5

Um balanço do neoliberalismo



Figura 7: Protestos na Praça Puerta del Sol, em Madri, do movimento ¡Democracia Real Ya! (Democracia Real Já!).

Vimos que o neoliberalismo surge no contexto de crise do capitalismo. Realizando um balanço sobre as conquistas e derrotas do modelo neoliberal, como pontos positivos da economia de mercado, podemos apontar o estímulo a maior eficiência dos serviços e a livre concorrência que alavanca o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do processo produtivo. No entanto, a falta de intervenção do Estado na economia de mercado tem levado os grandes investidores capitalistas a sentirem-se livres para se dedicar quase exclusivamente ao mercado financeiro e especulativo, deixando de lado o investimento propriamente na produção de mercadorias.

A soma do pouco investimento em produção de mercadorias, pouco empenho das empresas em criar empregos, e práticas que destroem o meio ambiente vêm causando problemas não só nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Grandes potências capitalistas, como Estados Unidos (crise de 2008) e Espanha (crise de 2011), além da Grécia, demonstram que o modelo neoliberal não apresentou um plano voltado para diminuir as desigualdades, na verdade, as acentuou.

Segundo Perry Anderson (1995), a grande conquista do modelo neoliberal foi a de difundir a simples ideia de que não há outra alternativa senão a de adaptar-se às normas do sistema. Percebemos uma **ideologia** forte e hegemônica (preponderante) que atesta que a teoria neoliberal se firmou como forma de pensamento dominante, mesmo demonstrando na prática pouca eficácia em manter a ordem social.

O que isso quer dizer? Vimos que na Sociologia o poder e a dominação podem ser exercidos não só pela força, mas também pelo convencimento, pela persuasão. Lembre-se de que Foucault chama atenção para o poder do discurso. Um grupo de indivíduos pode convencer outros de que a melhor maneira de se pensar, e de se agir, é aquela que traz benefícios ao grupo que está no poder. Só há aceitação de um discurso contestador se esse discurso partir de outro grupo que concorre ao poder. Caso contrário, os que não têm autoridade não têm voz. Por isso, mesmo que um sistema econômico não esteja trazendo benefícios para todos, ele continua sendo apoiado, porque traz benefícios para um grupo que detém poder. Portanto, os capitalistas reforçam a ideia, o pensamento, a ideologia do consumo, mesmo constatando-se que esse estilo de vida traz prejuízos sociais e ambientais, porque o ato de consumir lhes confere alta lucratividade.

Ideologia

É o conjunto articulado de ideias, valores, opiniões, crenças etc.

Seção 6

O papel da indústria cultural na disseminação da ideologia do consumo

O termo “indústria cultural” foi cunhado por Max Horkheimer (1895–1973) e Theodor Adorno (1903–1969) nos anos de 1940. Ambos faziam parte da chamada Escola de Frankfurt – renomada instituição acadêmica alemã de teoria social. Esses intelectuais, de tradição marxista, buscaram enfatizar como a prática social transforma a cultura em mercadoria. Para os autores, a indústria cultural traz consigo todos os elementos característicos do mundo industrial moderno e nele exerce um papel específico: o de ser portadora da ideologia dominante.

Lembra quando mencionamos que o ato de consumir confere alta lucratividade aos capitalistas? No mundo industrial moderno, tudo é negócio e, como tal, seus fins comerciais também se realizam por meio sistemático e programado da exploração de bens considerados culturais. A cultura transformada em mercadoria é divulgada pelos meios de comunicação que a vende como produto.

Tudo é tão banalizado que o consumidor não precisa se dar ao trabalho de pensar, é só escolher! As propagandas aparecem para o consumidor como uma espécie de “conselho de quem entende”. São estimuladas nos indivíduos necessidades que não são básicas (moradia, alimentação, lazer, educação), mas necessidades de consumo de produtos não essenciais.

Veja o quadrinho a seguir, em que o personagem Calvin acusa ironicamente a TV de reduzir o pensamento crítico, sufocar a imaginação, fornecer soluções rápidas e manipular os desejos humanos para fins comerciais.



Figura 8

Vale a pena conferir!

O documentário de animação *The Story of Stuff* (A história das coisas) tem aproximadamente 20 minutos e é narrado por Annie Leonard, especialista em comércio internacional, cooperação internacional, desenvolvimento sustentável e saúde ambiental. Num período de 20 anos, Leonard visitou 40 países para investigar o que acontece nas fábricas e nos lixões e, em 2007, lançou o vídeo.

A animação apresenta a cadeia de produção desde a extração da matéria-prima até o descarte, mostrando um ciclo que passa pela venda, produção, propaganda e consumo. O documentário relaciona essa cadeia de produção com os problemas sociais e ambientais criados pelo consumismo capitalista. Acesse: <http://www.youtube.com/watch?v=U8m4aNj0Rjk>.



Atividade

3

"Após a Segunda Guerra Mundial, a reconstrução europeia se deu em bases bem particulares. Para evitar que os trabalhadores fossem seduzidos pela proposta comunista, foram concedidos a eles vários benefícios, instaurando-se um tipo de "capitalismo humano" conhecido como Estado do Bem-Estar Social. [...] A mobilidade do capital – principal característica da globalização atual – está desmanchando uma arquitetura que demorou décadas a ser construída [...]. Milhares de empresas transnacionais chantageiam seus países de origem, ameaçando se mudar" (CARVALHO, 2000).

As empresas chantageiam seus países de origem ameaçando se mudar para outros onde haja certas vantagens comparativas que permitam maior lucratividade. Pesquise e reflita sobre que vantagens são essas e apresente ao menos duas dessas vantagens.

Anote suas respostas em seu caderno

Atividade

4

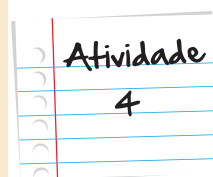
A droga preferida do final do século vinte.



Figura 9

“Oh! Maior das mídias de massa, obrigado por elevar a emoção, reduzir o pensamento e sufocar a imaginação”. O título dos quadrinhos é: *A droga preferida do final do século vinte*. O que seria a tal droga preferida do final do século XX? Aponte, também, qual o papel dos comerciais de televisão na disseminação da ideologia do consumo.

Anote suas
respostas em
seu caderno



Resumo

Nesta unidade, destacamos que no, dia a dia, vivenciamos diversas relações de poder. Percebemos que o estudo do poder tem grande importância para a Sociologia e vimos que Max Weber, um dos fundadores da Sociologia, se interessa em analisar as consequências do poder nas relações humanas. Weber constrói tipos ideais de dominação: o primeiro tipo ideal é a dominação legal, o segundo a dominação tradicional e o terceiro a dominação carismática. A intenção é compreender o que leva os indivíduos a se submeterem às ordens de outrem, pois, para manter a sociedade sob controle, é preciso que haja um tipo de dominação reconhecida legitimamente pela maioria.

Para Weber, o Estado é a instância que, por excelência, possui o monopólio do uso da força. O Estado concentra diversos poderes: as Forças Armadas e o monopólio do uso da violência; a estrutura jurídica; a cobrança de impostos; a administração burocrática do patrimônio público.

Michel Foucault dá continuidade na Sociologia aos estudos sobre poder e chama atenção para a relação entre poder, ideologia e discurso.

Para entender as origens do poder no Estado, fizemos uma revisão do surgimento do Estado moderno. Falamos da primeira forma de Estado moderno, que foi o Estado absolutista. Nessa forma de Estado, o governo é liderado pelo rei. Estudamos também a forma de Estado liberal que surgiu em reação ao poder excessivo e centralizador do rei. Nesse momento, a burguesia reivindica liberdade de ação e reclama das constantes intervenções estatais.

Após a derrocada do liberalismo, surge o modelo do Estado de bem-estar social, em que o Estado intervém na economia sendo o principal agente (protetor e defensor) da promoção social e organizador da economia. Nos anos de 1970, o capitalismo passa por nova crise e busca estratégias de reestruturar suas bases. Assim, retoma os moldes do liberalismo clássico, fazendo ressurgir um novo liberalismo, denominado neoliberalismo.

Finalizamos a unidade empreendendo um balanço do neoliberalismo, apontando as conquistas e derrotas do modelo econômico neoliberal e o papel da indústria cultural na disseminação do gosto pelo consumo de objetos supérfluos.

Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BOMENY, Helena; MEDEIROS, Bianca Freire. **Tempos modernos, tempos de sociologia**. Rio de Janeiro, Ed. do Brasil, 2010.
- CARVALHO, Bernardo de A. **A globalização em xeque: incertezas para o século XXI**. São Paulo: Atual, 2000.
- COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 1997.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MEKSENAS, Paulo. **Aprendendo Sociologia: a paixão de conhecer a vida**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1995.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo C. R. **Sociologia para jovens do século XXI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.
- TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Imagens



- <http://www.sxc.hu/photo/1170737>



- www.es.gov.br



- http://pt.wikipedia.org/wiki/Max_Weber



- http://en.wikipedia.org/wiki/Michel_Foucault



- <http://curteahistoria.wikispaces.com/Mahatma+Gandhi>



- http://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_humanos



- <http://pt.wikipedia.org>



- O melhor de Calvin (Estado de São Paulo) • Bill Watterson



- O melhor de Calvin (Estado de São Paulo) • Bill Watterson



- <http://www.sxc.hu/photo/517386>

Atividade 1

- a. Nesse caso, estamos diante de uma autoridade de tipo carismática. Esta autoridade fundamenta-se no reconhecimento de qualidades excepcionais daquele que a exerce, em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes carismáticos, faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória.
- b. Nesse caso, estamos diante de uma autoridade de tipo legal. Este tipo de dominação tem relação com leis ou estatutos; obedece-se não à pessoa, mas à regra instituída.

Atividade 2

Para John Locke, o Estado teria a função de regular a sociedade, determinando sua organização. O Estado moderno foi formado a partir da acumulação de capitais privados pela burguesia e, por isso, tem governado defendendo firmemente o direito à propriedade privada. Interessa à classe burguesa que o Estado proteja suas posses.

Atividade 3

As empresas ameaçam mudar sua sede para outros países que ofereçam vantagens, tais como: níveis salariais mais baixos; menor cobrança de impostos; renúncia de tributos durante anos; incentivos fiscais a investimentos produtivos.

Atividade 4

Segundo os quadrinhos, a droga preferida do final do século vinte é a televisão. Nesta atividade é importante mencionar como as pessoas absorvem o conteúdo das propagandas, muitas vezes, sem refletir sobre a real necessidade de consumir determinados produtos. Por exemplo, por que muitos se sentem compelidos a trocar de TV cada vez que um modelo novo é lançado no mercado? As propagandas anunciam, por exemplo, que sofreremos sanções físicas se não comprarmos o novo modelo de TV? Pelo contrário, as propagandas convencem os indivíduos, de maneira muito agradável, que só estarão felizes, modernos, adequados ao sistema, se adquirirem bens de última geração. Neste caso, os capitalistas reforçam a ideia, o pensamento, a ideologia do capitalismo, pois o ato do consumo lhes confere muitos lucros.



O que perguntam por aí?

Questão 1 (Unicentro/2012)

Max Weber elaborou um conjunto de conceitos teóricos que têm a realidade do Estado como seu centro de referência.

De acordo com esse autor, é correto afirmar que o Estado é

- a. identificado como um instrumento de domínio de uma classe social sobre outra.
- b. reconhecido pelas relações estruturais entre o mercado e a sociedade.
- c. caracterizado pelo uso legítimo da força ou violência física.
- d. definido pelas suas funções, seus fins e objetivos.
- e. representativo da repressão burguesa.

Questão 2 (UEM/2011)

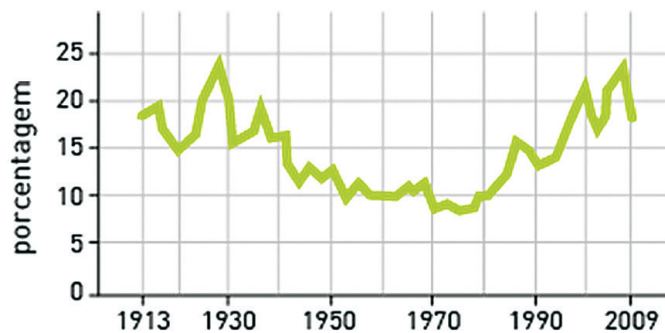
Sobre o Estado de bem-estar social, que surge no contexto das graves crises do capitalismo mundial no início do século XX, assinale a alternativa incorreta.

- a. Os princípios desse tipo de Estado intervencionista foram elaborados por John Maynard Keynes, a partir da revisão da teoria econômica clássica, que pregava o livre mercado.
- b. As políticas de pleno emprego foram os principais mecanismos de intervenção do Estado de bem-estar social para reverter a crise econômica gerada pela superprodução.
- c. O estabelecimento desse tipo de Estado implicou considerável expansão da estrutura de administração pública e elevação do gasto público.
- d. Estados de bem-estar social plenos foram implementados principalmente em nações com baixos níveis de crescimento econômico e com altas taxas de desigualdade, visando a reverter essa situação e a promover o desenvolvimento.

- e. A fixação de taxas de juros bastante reduzidas foi uma das estratégias utilizadas pelo Estado de bem-estar social para incentivar a produção industrial e absorver a força de trabalho no contexto de crise.

Questão 3 (Uerj/2012)

O nível de concentração de renda em uma sociedade capitalista relaciona-se com as doutrinas econômicas que fundamentam as ações do Estado. Observe, no gráfico a seguir, a variação da participação da população que constitui o 1% mais rico na renda total nos Estados Unidos.



Mundo: geografia e política internacional, março de 2012.

Nos Estados Unidos, as doutrinas que predominaram na orientação das políticas públicas nos períodos de 1930 a 1980 e de 1980 a 2009 foram, respectivamente:

- a. liberalismo – estatismo.
- b. estruturalismo – classicismo.
- c. fisiocratismo – institucionalismo.
- d. keynesianismo – neoliberalismo.

Respostas

- 1. Letra c.
- 2. Letra e.
- 3. Letra d.

Até
breve!



Atividade extra

Questão 1

Polis originou a palavra política que para os gregos significava a arte de governar a cidade. Pode ser definida como:

- a. luta pelo mando.
- b. luta pelo poder.
- c. luta pela força.
- d. luta pela maioria.

Questão 2

Leia o texto a seguir.

Estado Violência

Sinto no meu corpo

A dor que angustia

A lei ao meu redor

A lei que eu não queria

Estado violência

Estado hipocrisia

A lei que não é minha

A lei que eu não queria (...)

(TITÃS. Estado Violência. In: *Cabeça dinossauro*. [S.L.] WEA, 1986, 1 CD (ca. 35'97"). Faixa 5 (3'07").)

A letra da música “Estado Violência”, dos Titãs, revela a percepção dos autores sobre a relação entre o indivíduo e o poder do Estado. Sobre a canção, é correto afirmar que:

- a. mostra um indivíduo satisfeito com a sua situação e que apoia o regime político instituído.
- b. representa um regime democrático em que o indivíduo participa livremente da elaboração das leis.
- c. descreve uma situação em que inexistem conflitos entre o Estado e o indivíduo.
- d. apresenta um indivíduo para quem o Estado, autoritário e violento, é indiferente a sua vontade.

Questão 3

Um dos autores mais importantes da Sociologia é Max Weber. Ele se tornou consagrado pelos estudos que desenvolveu sobre as formas de poder e dominação. Nessa temática, Weber construiu três tipos ideais de dominação legítima. Discorra sobre cada uma delas e ilustre com exemplos que podem ser vistos em seu dia a dia.

Questão 4

Em algumas grandes cidades, a violência urbana tem gerado problemas que, muitas vezes, apontam para uma inexistência do poder público em comunidades urbanas controladas por grupos associados à cultura da violência e envolvidos em práticas de narcotráfico, sequestros e exploração de alguns serviços informais. Fala-se que esses grupos, muitas vezes, constituem um estado paralelo, mas dentro da perspectiva que eles trazem, pode-se dizer que constituem um Estado no sentido formal e legal da palavra?

Questão 5

Quando se fala sobre tipos de Estados vigentes em sociedades capitalistas, pode-se dizer que há um tipo de Estado definido como Estado de bem-estar social e um outro conhecido como Estado neoliberal. Enquanto o primeiro se destaca pela apologia de uma sociedade com pleno emprego e defende a forte presença do Estado na sociedade, o outro se caracteriza pela ênfase no Estado mínimo, ou seja, defende a redução ao máximo da presença do Estado na sociedade. Partindo dessas diferenças e outras mais que você poderá encontrar na unidade VII, seção 4, faça uma pesquisa na internet e encontre dois países que tenham passado por experiências concretas desses dois tipos de Estado. A partir desses exemplos, você deverá explicar as diferenças entre o Estado de bem-estar social e o Estado neoliberal, apontando medidas concretas com que cada um dos dois países tentou implementar os dois tipos de Estado.

Gabarito

Questão 1

- A** **B** **C** **D**
- ☐ ☒ ☐ ☐

Questão 2

- A** **B** **C** **D**
- ☐ ☐ ☐ ☒

Questão 3

Esta é uma resposta de caráter pessoal. Caso você tenha alguma dúvida, leia a seção 3 da Unidade 7, As noções de Estado e poder na Sociologia, e peça uma orientação ao seu professor.

Questão 4

Esta é uma seção de caráter pessoal. Caso você tenha alguma dúvida, leia a seção 2, Conceituando Estado, e a seção 3, As noções de Estado e poder na Sociologia, na unidade 7 e peça uma orientação ao seu professor.

Questão 5

Esta é uma questão de caráter pessoal. Caso você sinta a necessidade de uma orientação, leia a seção 4 da Unidade 7, Tipos de Estados modernos, e converse com seu professor.



Poder, política e Estado brasileiro

Fascículo 4
Unidade 8

Poder, política e Estado brasileiro

Para início de conversa...



Figura 1: E o Brasil?

Enquanto na Europa estavam se constituindo Estados absolutistas e depois Estados liberais, o Brasil permaneceu, desde sua conquista, em 1500, mais de 300 anos como colônia de Portugal. Depois da Independência, em 1822, transformou-se em um Estado monárquico liberal, porém, contra a corrente capitalista internacional, mantinha ainda a escravidão. Contraditório, não é? Escravagista e ao mesmo tempo liberal? Diante de pressões internas e do capitalismo internacional, em 1888 o Brasil aboliu a escravidão e, em 1889, liderado pelos militares, proclamou a República. Um governo republicano apoiado pelas oligarquias rurais foi instituído.

No século XX, Europa e Estados Unidos tentavam reerguer suas economias: emergia o Estado de bem-estar social. E o Brasil? No Brasil, como em vários países da América Latina, surgiam diferentes formas de governo, dentre elas a ditadura militar. Vários golpes militares foram deflagrados na América Latina como se estivessem dentro da lei. Uma vez que os militares chegavam ao poder, exerciam forte controle sobre os cidadãos e as organizações sociais.

Objetivos de aprendizagem

- Compreender o processo histórico e sociopolítico de formação do Estado brasileiro.
- Compreender o princípio da divisão dos poderes e a organização dos sistemas partidário e eleitoral do Estado brasileiro.
- Distinguir as diferentes formas em que se manifesta a violência.

Seção 1

O Brasil é uma República Federativa Presidencialista

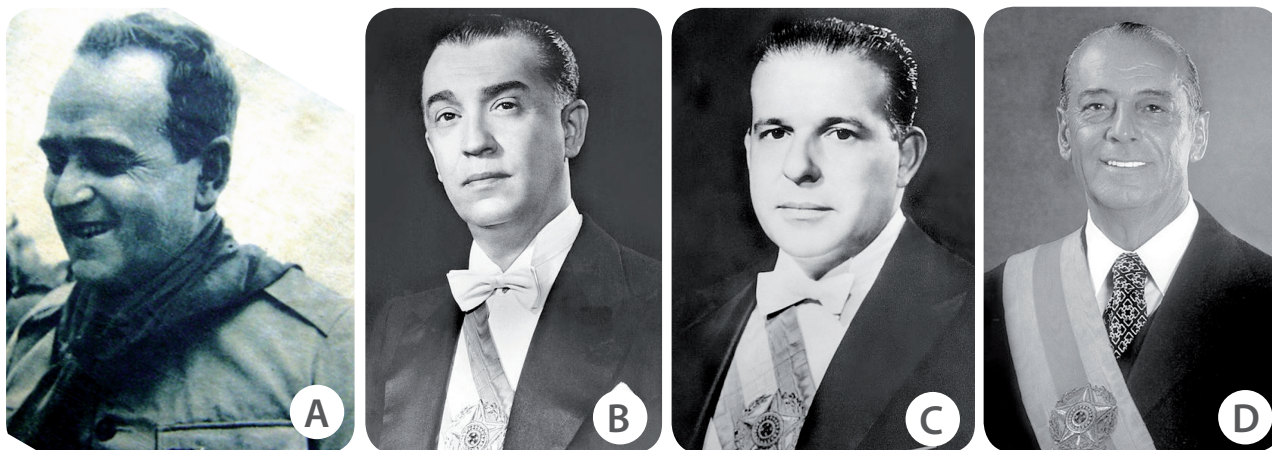


Figura 2: Alguns presidentes que governaram o nosso país: Getúlio Vargas (a), Juscelino Kubitschek (b), João Goulart (c), João Figueiredo (d).

Em 15 de novembro de 1889, um levante político-militar instaurou a forma republicana federativa presidencialista de governo no Brasil, derrubando a monarquia constitucional parlamentarista do Império do Brasil. Colocou fim ao Império de Dom Pedro II, proclamando a República dos Estados Unidos do Brasil.

Ao longo da história do Brasil República, ocorrem vários golpes de Estado. Entre 1894 e 1930, alternaram-se no poder presidentes ligados politicamente a São Paulo e a Minas Gerais. Esse período da Primeira República, ou República Velha, ficou conhecido pela força política dos coronéis, latifundiários, que apoiavam a política do café com leite, ou seja, a alternância de poder entre São Paulo (produtor de café) e Minas Gerais (produtor de leite).

Em 1930 um golpe de Estado colocou Getúlio Vargas no poder, inaugurando-se a Segunda República ou República Nova. No fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, um golpe de Estado retirou Getúlio Vargas do poder. Vargas, demonstrando grande popularidade, voltou à Presidência em 1951 pelo voto popular, no entanto, em 1954, alegando estar sofrendo grande pressão política, cometeu suicídio. Vargas, apesar de governar de maneira ditatorial, era um presidente muito popular por ter promovido a consolidação das leis trabalhistas (CLT) e por investir em empresas nacionais.

Outro presidente muito popular no país foi Juscelino Kubitschek, que governou de 1956 a 1960. Foi idealizador da construção de Brasília, nova capital do país, e incentivador do desenvolvimento do parque industrial nacional.

A partir de 1961, o Brasil passou por um período político bastante conturbado. Jânio Quadros foi eleito presidente pelo voto popular, mas renunciou. João Goulart, o vice-presidente, assumiu o governo, porém alguns setores

políticos e militares não aceitaram sua posse. Exigiram a instauração de um regime parlamentarista híbrido, ou seja, o parlamento no comando, tendo João Goulart na Presidência. Essa situação durou um ano, e o presidencialismo foi resgatado através de um plebiscito popular realizado em janeiro de 1963.

O plebiscito não acalmou os ânimos dos setores políticos e dos militares que não aderiram à posse de João Goulart. Em 1º de abril de 1964, João Goulart foi deposto através de um golpe militar.

Percebam que no período que antecedeu a ditadura militar os presidentes vinham sendo eleitos pelo voto popular. Em uma República, o chefe de Estado é eleito pelos cidadãos ou seus representantes e permanece no poder por um tempo limitado. A ditadura militar interrompeu um período democrático de escolha de representantes políticos e manteve os militares no poder por mais de 20 anos. Somente em 1985 o regime democrático foi restabelecido – redemocratização do país –, chegando ao fim no Brasil uma das mais violentas ditaduras militares da América Latina.



Saiba Mais

Presidencialismo e parlamentarismo

No presidencialismo, o presidente é o chefe de governo e chefe de Estado. No parlamentarismo, o Poder Legislativo (parlamento) oferece sustentação política (apoio direto ou indireto) para o Poder Executivo. Logo, o Poder Executivo necessita do poder do parlamento para ser formado e também para governar. No parlamentarismo, o Poder Executivo é, geralmente, exercido por um primeiro-ministro (chanceler).

Estrutura do Estado brasileiro

República vem do latim *res publica* e quer dizer “coisa pública”. A gestão da coisa pública é o Estado em ação, que deve mobilizar vários recursos a favor da coletividade. Lembra quando discutimos a relação entre o público e o privado em uma democracia? Com o fim da ditadura militar, uma nova Constituição Federal (em 1988) foi elaborada. Essa Constituição ficou conhecida como Constituição Cidadã e estabeleceu alguns princípios que devem nortear a administração pública para que não haja, como mencionamos, confusão entre público e privado. O gestor da coisa pública deve governar seguindo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Legalidade	Impessoalidade	Moralidade	Publicidade	Eficiência
As ações do governante devem ser realizadas em virtude da lei.	Todo ato administrativo não pode estar vinculado a interesses pessoais.	Todos são submetidos à obediência aos princípios morais e éticos.	Todos têm direito ao acesso às informações disponíveis na administração pública, ou a ela entregues.	A administração pública exige de seus órgãos e agentes rapidez, prontidão e eficácia no atendimento à população.

Atualmente a estrutura do Estado brasileiro se compõe de ministérios, secretarias especiais, autarquias, agências reguladoras e conselhos. O Governo Federal é composto por 26 ministérios, 9 secretarias da Presidência e 6 órgãos. O presidente da República pode, por meio de lei especial, criar, modificar a estrutura e extinguir ministérios, secretarias e órgãos da administração pública.

Seção 2

Divisão de poderes no Estado brasileiro



Figura 3: O Senado (à esquerda) e a Câmara (à direita) formam o Congresso Nacional, sede do Poder Legislativo.

Os representantes políticos dos cidadãos brasileiros são escolhidos a partir de eleições e estão sujeitos a um mandato que possui tempo limitado. As eleições são mecanismos que legitimam a escolha dos representantes, os quais precisam estar filiados a partidos políticos para se apresentarem como competidores à representação política. Uma vez eleitos, os representantes devem defender os interesses daqueles que o elegeram.

São eleitos representantes para os Poderes Executivo e Legislativo. O Poder Executivo fica encarregado de sancionar ou vetar projetos de lei e governa com base no Poder Legislativo. É representado, em âmbito nacional, pelo presidente da República; em âmbito estadual, pelos governadores; e nos municípios, pelos prefeitos.

O Poder Legislativo elabora leis que regem nossa política e tem como representantes senadores, deputados estaduais e federais e vereadores. Entre as funções elementares do Poder Legislativo está a de fiscalizar o Poder Executivo, votar leis orçamentárias e, em situações específicas, julgar determinadas pessoas, como o presidente da República ou os próprios membros da Assembleia Legislativa.

E o Poder Judiciário? Seus representantes não são eleitos; são nomeados pelo presidente da República após aprovação do Senado Federal, como é o caso do Ministro do Supremo Tribunal Federal. Outros componentes do Poder Judiciário são concursados. Fazem parte dessa esfera de poder: ministros de justiça, desembargadores, juízes e promotores de justiça.

Seção 3

Democracia: uma forma de governo do povo, para o povo e pelo povo

Em uma democracia, o governo é exercido em função do bem comum. O povo participa do governo, que tem caráter descentralizado, pelo voto. Para viver de forma respeitosa, em relativa harmonia, os cidadãos precisam chegar a um consenso. Nas sociedades democráticas, o consenso assume, muitas vezes, o caráter de negociação, isto é, sustentam-se mecanismos de ajuste pelos quais os diversos atores cedem parte de seus interesses em favor de situações de interesse coletivo. A convivência pacífica entre posições divergentes está presente em uma forma de organização social democrática.

Façamos um exercício que nos leve a aprimorar o entendimento sobre o que seja regime democrático. Pensemos que hoje nos tornamos um Estado independente. Neste novo Estado é preciso que sejam escolhidos os gestores públicos. Suponhamos que existam dois candidatos ao Poder Legislativo. Esses candidatos devem pensar que leis elaborariam para que os cidadãos de nosso país vivam melhor. Ambos terão que ter disponíveis meios para explicar a todos os cidadãos a eficácia das leis pensadas por eles e para realizar debates com seu concorrente. Ao final, todos os cidadãos, inclusive os dois candidatos, escolherão, através de uma eleição, aquele que apresentou as leis com as quais mais concordaram.

Posteriormente, os votos serão contados e aquele que tiver o maior número de votos será considerado o vencedor, tal e qual regulamenta a Constituição do Estado.

Agora é a hora de dois outros candidatos concorrerem ao Poder Executivo. Cada um lerá atentamente as leis elaboradas pelo eleito para o Legislativo e dirá como pretende executá-las. Todo o processo decorrerá como o anterior: tempo para debates, votação e apuração.

Eleições, oposição política e a representatividade são fundamentais num regime democrático. Todavia, percebemos que não é só isso! É de fundamental importância a garantia dos direitos do cidadão.

Será que as leis elaboradas pelo Legislativo são realmente executadas de igual maneira para todos, independente de classe social, cor, credo, gênero?

Movimentos sociais



Figura 4: Movimento Diretas Já (1983-1984) / Mobilização popular por eleições diretas para presidente da República / Brasília, diante do Congresso Nacional.

Quando as leis elaboradas pelo Legislativo não são executadas de maneira igualitária para todos, quando determinadas situações não agradam a todos os cidadãos, muitos se organizam em grupos para encaminharem ações em prol de seus interesses. Essas mobilizações são denominadas movimentos sociais. Essas organizações nascem do seio da sociedade civil e, aos poucos, esses grupos lutam por reconhecimento do Estado. Na maioria dos casos, esses movimentos têm uma relação com o Estado, seja de oposição, seja de parceria, de acordo com seus interesses e necessidades.

Os movimentos sociais são ações coletivas com objetivo de manter ou mudar uma situação. Eles podem ser locais, regionais, nacionais e internacionais. Há vários exemplos de movimentos sociais em nosso dia a dia: as greves trabalhistas, os movimentos por melhores condições de vida na cidade e no campo, os movimentos étnicos, feministas, ambientais e estudantis.

Em âmbito internacional, o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, trouxe à tona o debate acerca dos direitos nacionais e de minorias étnicas, adquirindo grande dimensão nas décadas de 1950 e 1960. O contexto histórico era a luta pela descolonização da África e da Ásia. Por sua vez, as minorias étnicas dos Estados Unidos, nesse contexto histórico, lutavam pela expansão dos direitos humanos e civis, reivindicando a queda de leis que apoiavam práticas racistas.

Vários aspectos contribuem para identificar um movimento social: a existência de um conflito; a consciência da situação de opressão que está relacionada intimamente com a perspectiva de sua manutenção ou conservação; a existência de relações de poder e a ação coletiva organizada com objetivos comuns.

No Brasil, tiveram grande importância os movimentos sociais que se articularam para o fim da sociedade escravocrata, e ganharam força na história brasileira os movimentos sociais de luta pela terra. O campo brasileiro está historicamente marcado pelo conflito – Canudos (1893-1897); Contestado (1912-1916); Guerrilha do Araguaia (1975 – importante na luta contra a ditadura militar); Massacre de Eldorado dos Carajás (1996) – e a mobilização dos camponeses tem sido um mecanismo muito utilizado de reivindicação por uma distribuição mais justa de terras em nosso país. Hoje, no Brasil, o movimento de luta de maior expressão pela terra, inclusive internacional, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Os movimentos sociais sempre foram tratados como caso de polícia no Brasil. No meio urbano, o movimento operário e sindical e o movimento estudantil, por exemplo, foram importantíssimos para o fim da ditadura militar no Brasil, ambos tratados com repressão e muita violência.

Em uma democracia, a convivência passa pelo consenso. Se parte da população do país não se sente contemplada pelas leis, ou pelas políticas públicas, essas pessoas têm todo o direito de reclamar, pacificamente, e de serem ouvidas por seus representantes políticos. A questão social em nosso país não pode ser considerada questão de polícia.

Saiba Mais



Figura 5: Mulheres e crianças prisioneiras da Guerra de Canudos.

Os movimentos de Canudos (1893-1897), Contestado (1912-1916) e Guerrilha do Araguaia (1975) foram criminalizados e tratados de forma repressiva e violenta pelo Estado brasileiro, causando milhares de mortes.

Vale a pena conferir!

Assista ao vídeo “A realidade de assentados por Reforma Agrária”, com duração de 7 minutos. Nesse vídeo produzido pela TV Câmara, é possível perceber como vivem as famílias, integrantes de movimentos sociais, que já conseguiram seu pedaço de terra.

Acesse: <http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara/default.asp?lnk=BAIXE-E-USE&selecao=BAIXEUSE&nome=baixeEconomiaRep>.



Seção 4

Formas de manifestação da violência no Estado brasileiro

A violência pode se manifestar de maneiras diversas: através de guerras, conflitos étnico-religiosos, banditismo; pode ser caracterizada como violência contra a mulher, a criança, o idoso, como violência sexual, política, psicológica, física, verbal, dentre outras. O Estado, como já discutimos, é a única instituição que pode fazer uso da força para manter a ordem social. No entanto, o uso da força precisa ser mensurado e, em um Estado democrático, as manifestações sociais devem ser livres. A livre expressão é um dos princípios da democracia. É claro que é dever do Estado controlar para que as manifestações públicas não atentem contra o bem-estar da coletividade. Porém, essa repressão deve ser simultaneamente apoiada e vigiada pela sociedade civil, para que o controle excessivo dessas manifestações não venha a ferir o direito de luta por melhorias políticas e sociais.

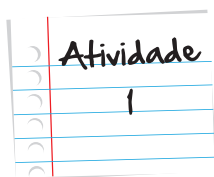
Em suas mais variadas expressões, a violência é um fenômeno histórico que faz parte da constituição da sociedade brasileira. Pode ser causada por problemas sociais, como miséria, fome e desemprego. No Brasil, a colonização, a escravidão, tanto do índio quanto do africano, o coronelismo, as oligarquias, os períodos constituídos por governos autoritaristas e ditatoriais contribuíram enormemente para o aumento da violência que atravessa a história do país.

Atualmente é possível afirmar que a violência no Brasil mata mais do que a maior parte das doenças tradicionais. Temos como causas da violência a acelerada urbanização das últimas décadas, que colaborou para o aumento do contingente de pessoas nas áreas urbanas, contribuindo para o crescimento desordenado e desorganizado das cidades. As áreas periféricas da cidade são as mais atingidas pela violência e, quando ela extrapola e atinge as áreas onde residem pessoas com maior poder aquisitivo, há maior sensibilização por parte do Estado.

Há uma sensação de impunidade e injustiça em nosso país. Contribui para isso a convivência de grupos das polícias, representantes do Legislativo de todos os níveis e, inclusive, de autoridades do Poder Judiciário. A sensação de

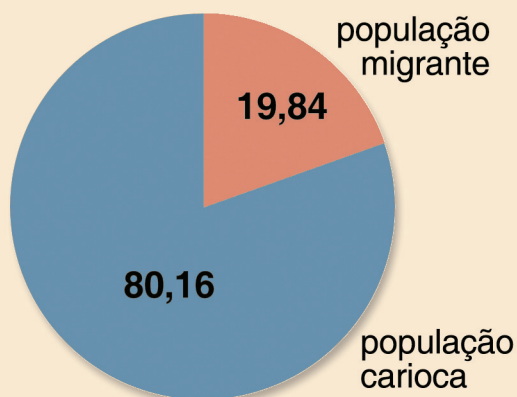
injustiça se agrava mais quando parte dos cidadãos percebe que as medidas repressivas recaem com maior vigor sobre a população pobre. A criminalização da pobreza é uma realidade, e é preciso combater o crime associando políticas de segurança pública com melhoria da educação, da saúde, do sistema habitacional e de oportunidades de emprego.

Outro fenômeno constatado é que a violência está se interiorizando. A estagnação econômica nas grandes capitais e regiões metropolitanas, os investimentos na segurança, a repressão ao crime nos grandes centros e o surgimento de novos polos de crescimento no interior de diversos Estados estão atraindo um contingente maior de pessoas para o interior dos estados, o que leva a maior conturbação nessas regiões.



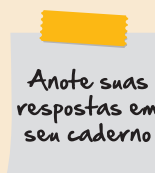
Em estudo realizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, o perfil da população carcerária da cidade do Rio de Janeiro (com base no Censo Demográfico de 2000) é elucidado. Nele, verificou-se uma série de informações que reforçam ou contradizem a visão generalizante que se tem em relação aos pretensos "promotores da violência na cidade". Observe o gráfico:

Gráfico – Origem da população carcerária do município do Rio de Janeiro (em %):



Perceba que nesse gráfico mais de 80% da população carcerária é natural da cidade do Rio de Janeiro e não vem de fora da cidade, como ouvimos comumente. Discuta como muitas vezes são feitas afirmações preconceituosas sobre os culpados da promoção da violência nas grandes cidades.

(Questão baseada no vestibular da PUC 2004).



Seção 5

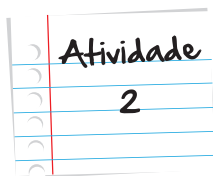
Brasil, uma nação

Embora sejam às vezes utilizados como sinônimos, existem grandes diferenças entre os conceitos de Estado e nação. Nação é um conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculos permanentes de idioma, religião, tradições, costumes e valores; é anterior ao Estado, podendo existir sem ele. Já um Estado pode compreender várias nações, como é o caso do Reino Unido ou Grã-Bretanha, formada pela Escócia, Irlanda do Norte, País de Gales e Inglaterra. Podem existir nações sem Estado, como acontecia com os judeus antes da criação do Estado de Israel, e ainda ocorre hoje com os palestinos, curdos e ciganos.

O conceito de Estado-nação está ligado à ideia de centralização de poder, burocratização das instituições sociais e necessidade de comercialização de mercadorias mundialmente. A proteção de mercado não se limitava à fiscalização das fronteiras e taxação de produtos; era preciso estimular o senso de pertencimento dos indivíduos a um território fazendo emergir o sentimento de nacionalismo e patriotismo e, conseqüentemente, o protecionismo de mercado. Nesse sentido, passa a ser comum a exaltação das tradições, da língua, da religião, do folclore, da cultura da nação a qual se pertence. O país que colonizava outros territórios, por exemplo, começava por impor seu idioma e sua religião. Chama-se Estado-nação um território delimitado composto por um governo e uma população de composição étnico-cultural coesa, quase homogênea.

Então, o Brasil é um Estado-nação? Sim, pois é uma unidade coletiva e cultural.

Mas é importante salientar que o modelo de Estado-nação tradicional vem sendo transformado pelo intenso processo de globalização. Em um mundo global, a ideia de pertencimento a um espaço firmemente demarcado está se diluindo. Segundo Stuart Hall (2006), hoje um tipo novo de mudança estrutural está fragmentando as paisagens culturais de gênero, sexualidade, etnia, classe e nacionalidade, que, no passado, forneciam sólidas localizações para os indivíduos. Os quadros de referências que no passado eram fixos, permanentes, hoje caracterizam-se pela flexibilidade, pela maleabilidade. Portanto, essa instabilidade pode levar a três resultados distintos: homogeneização cultural, reforço das identidades nacionais ou surgimento de novas identidades nacionais.



Leia o trecho do livro *O que faz o Brasil, Brasil*, do antropólogo Roberto DaMatta:

“Sei que sou brasileiro e não norte-americano, porque vivo no Rio de Janeiro e não em Nova York; porque falo português e não inglês; porque, ouvindo música popular, sei distinguir imediatamente um frevo de um samba; porque o futebol para mim é um jogo que se joga com os pés e não com as mãos; [...] porque sei que no carnaval trago à tona minhas fantasias sociais e sexuais; porque sei que jamais existe um ‘não’ diante de situações formais e que todas admitem um ‘jeitinho’ pela relação pessoal e pela amizade; [...] porque acredito em santos católicos e também nos orixás africanos; porque sei que existe destino e, no entanto, tenho fé no estudo, na instrução e no futuro do Brasil; porque sou leal a meus amigos e nada posso negar a minha família; porque, finalmente, sei que tenho relações pessoais que não me deixam caminhar sozinho neste mundo, como fazem os meus amigos americanos, que sempre se veem e existem como indivíduos!”

Faça como o antropólogo Roberto DaMatta e construa uma comparação. Nela deve existir a mesma relação de afirmativas e negativas. O objetivo é perceber como as características culturais nos identificam enquanto povo.

Anote suas
respostas em
seu caderno

Resumo

Nesta unidade buscamos compreender o processo histórico e sociopolítico de formação do Estado brasileiro, percebendo que, enquanto na Europa e nos Estados Unidos, no século XX, se construíam Estados de bem-estar social, nos países periféricos, como os da América Latina, sucederam-se variadas formas governamentais, dentre elas a ditadura, implantada por meio de golpes militares.

O Brasil proclamou a República em 1889 e tornou-se uma República Federativa Presidencialista, ou seja, uma república que adotou o sistema presidencialista de governo. Ao longo tanto da República Velha quanto da República Nova, observamos a sucessão de presidentes e de golpes políticos.

Após a ditadura militar, o Brasil redigiu uma nova Constituição, a Constituição de 1988, que ficou conhecida como Constituição Cidadã. A partir de então, ficaram estabelecidos alguns princípios que devem nortear a administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Vimos também que os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo são escolhidos pelos cidadãos brasileiros a partir de eleições e estão sujeitos a um mandato que possui tempo limitado. Alguns membros do Poder Judiciário são nomeados pelo presidente da República e outros são concursados.

O regime de governo adotado atualmente pelo Brasil é o regime democrático, que é o oposto ao regime ditatorial. Em uma democracia, o povo participa do governo, que tem caráter descentralizado, pelo voto. Para viver de forma respeitosa, em relativa harmonia, os cidadãos precisam chegar a um consenso.

Em regimes democráticos, se as leis elaboradas pelo Legislativo não forem realmente executadas de igual maneira para todos, vimos que a sociedade civil se mobiliza, através de movimentos sociais, para lutar por seus direitos. Os movimentos sociais têm o importante papel de pressionar o Estado para o atendimento de demandas sociais. Percebemos também que muitas vezes os movimentos sociais são tratados como caso de polícia, e esse confronto pode causar conflitos violentos.

Estudamos também as diversas formas de violência no Estado brasileiro: violência no meio urbano e rural; e, por fim, observamos as características de um Estado que se constitui enquanto nação. Observamos que, com o processo de globalização, a identidade nacional do Estado-nação, antes fixa e sólida, hoje está mais flexível e maleável.

Referências

- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 1997.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 1991.
- TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Imagens



- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Portal:Brasil>



- http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Get%C3%BAlcio_Vargas_08111930.jpg



- <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Juscelino.jpg>



- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jango.jpg>



- <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Figueiredo.jpg>



- <http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/estrutura/poder-legislativo>



- http://pt.wikipedia.org/wiki/Diretas_J%C3%A1



- <http://www.infoescola.com/historia/guerra-de-canudos/>



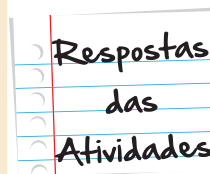
- <http://www.sxc.hu/photo/517386>

Atividade 1

No imaginário da população das metrópoles a respeito da periferia, há uma visão generalizante – e que ganha força junto aos formadores de opinião em períodos de ampliação das “crises urbanas” – de que a chegada de populações migrantes à cidade amplia a violência. Esses migrantes, por virem de lugares onde predominam a pobreza, o desemprego, o subemprego, o atraso infraestrutural e a violência explícita, reproduzem, na metrópole, essa ambiência violenta. Além de trazerem essa “bagagem de atraso”, os migrantes competem com as populações locais nas possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal. Como não são competitivos frente aos nativos da cidade, não se inserem no mercado oficial de trabalho, dirigindo-se, como estratégia de sobrevivência ou mesmo “como tendência natural”, para a marginalidade e a ilegalidade, o que reforça a violência nos já conturbados ambientes metropolitanos. A opção pela marginalidade acarretaria, finalmente, o inchamento dos espaços carcerários. Essa visão reacionária e conservadora é derrubada pelos resultados da pesquisa, que indica serem os próprios cariocas os indivíduos que mais cometem ilegalidades e que, portanto, incham o ambiente carcerário. Percebe-se, portanto, que os “outsiders” (de fora) são mais preocupados em respeitar o estabelecido legalmente do que os “insiders” (locais).

Atividade 2

O texto de Roberto DaMatta nos faz refletir que temos uma identidade social própria, que nos portamos de uma forma e não de outra porque somos brasileiros e não norte-americanos ou italianos, que cada país, cada sociedade, cada ser humano, utiliza-se de um limitado número de “coisas” (e de experiências) para se constituir como algo único.





O que perguntam por aí?

Questão 1 (Uerj)

"Um dos documentos mais curiosos para a história da grande data de 15 de novembro consiste, a nosso ver, no aspecto inalterável da rua do Ouvidor, nos dias 15, 16 e 17, onde, a não ser a passagem das forças e a maior animação das pessoas, dir-se-ia nada ter acontecido. Tão preparado estava o nosso país para a República, tão geral foi o consenso do povo a essa reforma, tão unânimes as adesões que ela obteve, que a rua do Ouvidor, onde toda a nossa vida, todas as nossas perturbações se refletem com intensidade, não perdeu absolutamente o seu caráter de ponto de reunião da moda." (Adaptado de THOME, J. "Crônica do chic". 1889. Apud PRIORE, M. D. et al. **Documentos de História do Brasil de Cabral aos anos 90**. São Paulo: Scipione, 1997).

"Em frase que se tornou famosa, Aristides Lobo, o propagandista da República, manifestou seu desapontamento com a maneira pela qual foi proclamado o novo regime. Segundo ele, o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver uma parada militar." (CARVALHO, J. M. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987).

Nos textos apresentados, encontram-se as opiniões de dois observadores do fim do século XIX – José Thome e Aristides Lobo – a respeito da Proclamação da República. A divergência entre as posições dos autores sobre o evento refere-se ao seguinte aspecto:

- a. ideário republicano.
- b. reação da população.
- c. caráter elitista do movimento.
- d. caracterização política do regime.

Questão 2 (Enem 2010)



Passeata em Memphis, Tennessee, EUA, 1968. Nos cartazes, a frase "Eu sou um homem".

FIGUEIREDO, Luciano (org). *A era da escravidão*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

Eu sou um homem, e é todo o passado do mundo que preciso retomar. Cada vez que um homem fez triunfar a dignidade do espírito, cada vez que um homem disse não a uma tentativa de escravização de seu semelhante, eu me senti solidário com sua atitude. Eu, homem de cor, quero apenas uma coisa: que nunca mais haja escravização do homem pelo homem.

FRANTZ FANON

Pele negra, máscaras brancas. Salvador: UFBA, 2008.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por movimentos sociais contra políticas de discriminação em sociedades americanas e africanas.

A foto e o texto remetem a uma conjuntura histórica em que proliferaram movimentos defensores da:

- a. revisão dos códigos penais.
- b. expansão dos direitos civis.
- c. abolição das hierarquias sociais.
- d. valorização das diferenças étnicas.

Questão 3 (IFBA)

"O homem do campo brasileiro, em sua grande maioria, está desarmado diante de uma economia cada vez mais modernizada, concentrada e desalmada, incapaz de se premunir contra as vacilações da natureza, de se armar para acompanhar os progressos técnicos e de se defender contra as oscilações dos preços externos e internos, e a ganância dos intermediadores. Esse homem do campo é menos titular de direitos que a maioria dos homens da cidade, já que os serviços públicos essenciais lhe são negados, sob a desculpa da carência de recursos para lhe fazer chegar

saúde e educação, água e eletricidade, para não falar de tantos outros serviços essenciais." (SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 41-42).

Analisar o direito ao campo brasileiro na perspectiva democrática torna-se uma questão de grande complexidade para os cientistas sociais. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a. O processo de redemocratização possibilitou a conquista dos direitos sociais do homem do campo, com a extinção das condições de trabalho escravo.
- b. Os movimentos sociais de luta pela e na terra reivindicam a conquista dos direitos sociais da democracia na sua prática cotidiana.
- c. A implantação da política agrária pelo Estado democrático de Direito socializou a estrutura da propriedade da terra no campo brasileiro.
- d. O aumento substancial da produtividade, do trabalho e emprego pelo agronegócio vem garantindo a cidadania ao homem do campo.
- e. Os povos e as comunidades tradicionais têm a propriedade da terra garantida em lei pelo direito histórico ao território para a reprodução social da vida.

Questão 4 (Enem 2011)

Na década de 1990, os movimentos sociais camponeses e as ONGs tiveram destaque, ao lado de outros sujeitos coletivos. Na sociedade brasileira, a ação dos movimentos sociais vem construindo lentamente um conjunto de práticas democráticas no interior das escolas, das comunidades, dos grupos organizados e na interface da sociedade civil com o Estado. O diálogo, o confronto e o conflito têm sido os motores no processo de construção democrática (Adaptado de SOUZA, M. A. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades das práticas democráticas. Disponível em: <www.ces.uc.pt>. Acesso em: 30 abr. 2010).

Segundo o texto, os movimentos sociais contribuem para o processo de construção democrática porque:

- a. determinam o papel do Estado nas transformações socioeconômicas.
- b. aumentam o clima de tensão social na sociedade civil.
- c. pressionam o Estado para o atendimento das demandas da sociedade.
- d. privilegiam determinadas parcelas da sociedade em detrimento das demais.
- e. propiciam a adoção de valores éticos pelos órgãos do Estado.

Questão 5 (UFPA)

No mês de maio de 2011, desabaram sobre a sociedade brasileira cenas de uma dupla violência: a violência contra a terra, com a aprovação do Código Florestal na Câmara dos Deputados, e a violência contra a pessoa humana, com os assassinatos dos líderes camponeses Maria do Espírito Santo da Silva e José Cláudio Ribeiro da Silva, que se opunham ao desmatamento na Amazônia (Adaptado de BALDUÍNO, dom Tomás. O Código Florestal e a Violência no campo. **Santa Catarina 24h**. 6 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=79182>>).

O campo brasileiro está, historicamente, marcado por conflitos que envolvem interesses opostos dos diversos atores sociais. Os recentes fatos apresentados estão relacionados ao/à(s):

- a. oposição entre ambientalistas que aprovam o Código Florestal e ruralistas que exigem ampliação das áreas para produção.
- b. ações que resultam em desmatamento e concentração fundiária, de um lado, e à defesa da floresta e da posse da terra pelos trabalhadores rurais, de outro.
- c. ampliação da área de reserva legal defendida pelo agronegócio na Amazônia, em detrimento das áreas agrícolas destinadas ao pequeno agricultor.
- d. expansão das áreas de preservação permanente (APP) nas margens dos rios, que favorecerá as comunidades extrativistas.
- e. embate entre os trabalhadores rurais sem-terra que defendem o Código Florestal e os latifundiários que veem a reserva legal como obstáculo.

Respostas

1. Letra b.

Os dois textos falam da reação do povo aos acontecimentos políticos da época. O primeiro texto busca ressaltar que o povo não demonstrou reação exagerada ao fato político por estar tão inserido no processo de transição da monarquia para a república que a reação não foi de surpresa. O segundo texto afirma que a indiferença do povo se devia ao total alijamento deste dos processos políticos institucionais do nosso país.

2. Letra b.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o debate acerca dos direitos nacionais e de minorias étnicas expandiu-se, adquirindo proporções maiores nas décadas de 1950 e 1960, na conjuntura das lutas de descolonização na África e na Ásia. Na sociedade norte-americana, em função da vigência de leis de segregação racial, esse debate adquiriu repercussão. Em nome da expansão e da universalização dos direitos humanos e dos direitos civis, diversos grupos e organizações reivindicaram o fim dos preceitos jurídicos que implementaram e justificaram práticas discriminatórias.

3. Letra b.

No texto do geógrafo Milton Santos destaca-se a importância dos movimentos sociais na conquista por direitos, visto que a redemocratização do país não garantiu a ampliação dos direitos sociais nem a extinção do trabalho escravo no campo. É preciso vigilância constante para que os direitos dos moradores do campo sejam respeitados.

4. Letra c.

As ONGs (Organizações não-governamentais) atuam num processo de conscientização da sociedade sobre determinado assunto social e ainda criam uma espécie de “diálogo” com as instituições do Estado.

Portanto, os movimentos sociais pressionam o Estado para o atendimento das demandas da sociedade.

5. Letra b.

Nesta questão destaca-se a oposição entre aqueles que, por interesses econômicos, desmatam e buscam aumentar sua concentração de terras e aqueles envolvidos na defesa da floresta e na luta pela justa distribuição de terras em nosso país.





Atividade extra

Questão 1

“Em uma República, o chefe de Estado é eleito pelos cidadãos ou seus representantes e permanece no poder por um tempo limitado”.

Essa afirmativa pode ser atribuída ao período que

- a. precedeu à ditadura militar.
- b. ocorreu durante a ditadura militar.
- c. antecedeu e sucedeu a ditadura militar.
- d. ocorreu no Brasil império.

Questão 2

Atualmente alguns segmentos da sociedade brasileira têm defendido uma divulgação mais transparente dos gastos públicos através de facilidades que as novas tecnologias proporcionam aos cidadãos. A defesa desse procedimento se ampara no fato de que o dinheiro público é produto de impostos pagos pelos cidadãos. O princípio que se propõe a tornar as ações de uma gestão mais bem conhecidas pelos cidadãos pode ser definido como um princípio do âmbito da:

- a. legalidade.
- b. gestão liberal do Estado.
- c. publicidade.
- d. partidarização dos bens públicos.

Questão 3

O Brasil é uma República Federativa porque adota o sistema presidencialista de governo.

Em uma república, o chefe de Estado é eleito:

- a. pelos partidos.
- b. pelos cidadãos.
- c. pelos adultos.
- d. pela sociedade.

Questão 4

Os representantes políticos dos cidadãos brasileiros são escolhidos a partir de eleições e estão sujeitos a um mandato que possui tempo limitado.

São eleitos representantes para os Poderes:

- a. Judiciário e Legislativo.
- b. Executivo e Judiciário.
- c. Executivo e Parlamentar.
- d. Executivo e Legislativo.

Questão 05

Um dirigente democrático, republicano e honesto deve se destacar por uma postura que:

- a. coloque os interesses públicos acima dos interesses privados, até mesmo quando a parte interessada for seu amigo.
- b. saiba ouvir qualquer opinião, privilegiando aqueles que defendam ideias que combinem com sua maneira de pensar.
- c. exclua um lema sagrado: aos amigos tudo, aos inimigos a lei.
- d. nenhuma das opções acima pode ser atribuída a um dirigente democrático e republicano.

Gabarito

Questão 1

A	B	C	D
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

Questão 2

A	B	C	D
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

Questão 3

A	B	C	D
<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Questão 4

A	B	C	D
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

Questão 5

A	B	C	D
<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

